

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL

O(a) Doutor(a) Maria Helena Steffen Toniolo Bueno, D. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Osasco - SP, nos termos dos arts. 879 e seguintes do Código de Processo Civil e Resolução 236/16 do Conselho Nacional de Justiça, faz saber a todos que será realizado Leilão Judicial Eletrônico do(s) bem(ns) abaixo descrito, que será(ão) vendido(s) no estado em que se encontra(m) e os lances serão captados, exclusivamente, conforme contido no presente edital e na plataforma eletrônica www.webleiloes.com.br.

INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

PROCESSO Nº 0000661-89.2004.8.26.0405

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial

EXEQUENTE(s): Helio Duarte

EXECUTADO(s): Alcides Ramos Cunha; Alcimar Francisco Coelho Cunha

TERCEIRO(s): Christiane Maria de Lacerda Ferreira; Wilson Antonio da Silva; Patricia Maria Ferreira Pinto; Prefeitura Municipal de São Roque/SP

DÉBITO DOS AUTOS: R\$12.562,52 (dezembro/2003).

PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS: Penhora no Rosto dos Autos (processo nº0000418-51.2012.5.02.0384) - 4ª Vara do Trabalho de Osasco/SP; Penhora no Rosto dos Autos (processo nº 0066200-39.2001.5.02.0465) - Eliane Gonçalves Soares.

RECURSOS PENDENTES DE JULGAMENTO: Nada consta.

BEM(NS) PENHORADO(S)

DESCRIÇÃO DO BEM: FRAÇÃO IDEAL DE 20% SOBRE UM TERRENO, situado no Bairro de Pinheirinhos ou Mailasqui, deste município e comarca, com a área de 20,000 (vinte mil) metros quadrados, dentro das seguintes metragens, divisas e confrontações: inicia-se na confluência das divisas de Francisco Lambizzi com Antonio Claro de Mattos, de quem olha o terreno, da esquerda para a direita, segue por 30,00 metros, divisando com Antonio Claro de Mattos; daí deflete ligeiramente para a esquerda, por 58,00 metros, confrontando com uma rua projetada; em seguida, deflete ligeiramente à esquerda e segue 68,00 metros, confrontando com a mesma rua projetada, ponto em que deflete à esquerda, também confrontando com a mesma rua projetada; daí deflete

à esquerda e segue por 23,00 metros confrontando com o proprietário até encontrar a divisa de Antonio Claro de Mattos; segue em ângulo reto, 77,00 metros, confrontando com José Ribeiro da Cruz, onde deflete ligeiramente à direita e segue 116,00 metros, confrontando com André Durand; daí deflete à esquerda em reta de 189,61 metros, confrontando com Francisco Lombazzi; daí deflete à esquerda, numa extensão de 92,50 metros, até encontrar o ponto de partida, existindo nesse terreno uma rua registrada s/nº, da rua projetada, construída de tijolos e coberta com telhas, com três dormitórios, sala, cozinha, copa e banheiros, com a área construída de 164,14 metros quadrados.

PROPRIEDADE OU DIREITOS: Propriedade.

MATRÍCULA IMOBILIÁRIA: 1.521 - CRI de São Roque/SP.

ÔNUS: R.8 Foi constituída em favor de Furnas Centrais Elétricas S/A servidão perpétua e irrevogável sobre o imóvel para passagem de suas linhas de transmissão de energia elétrica e/ou telegráficas ou telefônicas auxiliares, bem como para implantação de torres, postes, cabos, eletrodutos e tudo o mais que necessário se tornar ao perfeito desempenho de seu mister; AV.17 Penhora Exequenda; AV. 18 Usucapião Extrajudicial da superfície de 997,578 metros quadrados.

IMPOSTOS, MULTAS E TAXAS: Não foram localizados débitos tributários até a data de confecção deste edital. Necessária a intimação do órgão competente para que informe o valor atualizado de eventual débito.

VALOR DE AVALIAÇÃO: R\$3.617.000,00 (junho/2024) - Fls. 410/480.

VALOR DE AVALIAÇÃO (FRAÇÃO IDEAL DE 20%): R\$723.400,00 (junho/2024).

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$771.145,52 (dezembro/2025), que será atualizado à época da alienação, conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP, no auto de arrematação.

DO LEILÃO

1ª PRAÇA: De 11/02/2026 às 14:00 até 13/02/2026 às 14:00 valor igual ou superior ao da avaliação;

2ª PRAÇA: De 13/02/2026 às 14:01 até 09/03/2026 às 14:00 mínimo de **50% (cinquenta por cento)** do valor de 1ª Praça.

DO CONDUTOR: O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Tiago Tessler Blecher.

CONDIÇÕES DE VENDA: O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado de conservação em que se encontra(m), sem qualquer garantia, cabendo ao interessado verificar suas condições previamente às datas marcadas para as alienações judiciais eletrônicas.

COMO PARTICIPAR: Os interessados em participar deverão se cadastrar no site www.webleiloes.com.br e enviar os documentos exigidos. Os lances deverão ser ofertados exclusivamente pela plataforma. Sobrevindo novo lance nos três minutos antecedentes ao termo final da Alienação Judicial eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado por mais três minutos e sinalizado para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

PAGAMENTOS: O arrematante efetuará o pagamento referente ao(s) bem(ns) arrematado(s) através de guia de depósito judicial no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento da praça, que será encaminhada por esse leiloeiro via e-mail em favor do Juízo responsável. Será devido ao leiloeiro/gestor, comissão no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante diretamente ao leiloeiro/gestora. A comissão devida não está inclusa no valor do lance.

PARCELAMENTO: O arrematante pode pedir por escrito o parcelamento do valor da arrematação nos termos do artigo 895, incisos I e II, CPC, sendo de pelo menos 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses. Neste requerimento escrito e endereçado ao Juízo, o interessado deverá apresentar as prestações (observado o requisito do artigo 895, § 1º, CPC), a modalidade, o indexador de correção monetária (artigo 895, § 2º, CPC), a garantia oferecida (artigo 895, § 1º, CPC) e as condições de pagamento do saldo devedor (artigo 895, § 2º, CPC). A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (art. 895, §7º do CPC).

CONCURSO DE CREDORES E DEMAIS DISPOSIÇÕES: Em caso de arrematação, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza "propter rem", sub-rogam-se sobre o respectivo preço. As dívidas condominiais preferem a todas as demais (tributárias, trabalhistas etc.) sendo o débito atualizado, acrescido das parcelas vincendas até a realização da alienação (Art. 323, Art. 908, §§ 1º e 2º do CPC e Art. 130, parágrafo único do CTN), e caso o valor de arremate não seja suficiente para quitação dos débitos de condomínio, a diferença será de responsabilidade do arrematante nos termos do Art. 1.345 do CC. Quanto às dívidas tributárias, há disposição expressa no parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional. Quanto às demais dívidas, aplica-se o referido artigo por analogia. A aquisição em leilão judicial é originária, o arrematante não arcará com nenhum outro valor além do valor do lance e da comissão do leiloeiro, (exceto irregularidade sobre os imóveis que ficará encargo do arrematante).

DO INADIMPLEMENTO: Em caso de inadimplemento ou desistência imotivada do arrematante/proponente, será aplicada multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, em favor da leiloeira, sem prejuízo das sanções determinadas

pelo MM. Juízo da causa. A leiloeira poderá emitir título de crédito para cobrança, encaminhá-lo a protesto e promover a execução, nos termos do art. 39 do Decreto nº 21.981/32, além de possibilitar a inclusão do arrematante nos órgãos de proteção ao crédito.

PROPOSTAS: Caso o bem não seja vendido durante o 1º e 2º leilão, fica desde já autorizada a captação de propostas pelo prazo de 10 dias a contar do encerramento do 2º leilão, e submetidas à apreciação do MM. Juiz.

MEAÇÃO: Nos termos do Art. 843, do Código de Processo Civil, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

SUSTAÇÃO/CANCELAMENTO: Nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução nº 236/2016 do CNJ, caso a(s) praça(s) seja(m) cancelada(s) ou suspensa(s) após a publicação do edital, especialmente em razão de pagamento da dívida, remição ou acordo entre as partes, será devido o reembolso das despesas devidamente comprovadas nos autos, inclusive a comissão do leiloeiro, fixada em 5% sobre o valor pago para satisfação da execução, a ser paga pelo(a) executado(a). Na hipótese de pagamento da dívida, remição ou celebração de acordo entre as partes após a arrematação, será devida, em favor do leiloeiro, comissão correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação. O ressarcimento, de responsabilidade exclusiva do executado, poderá ser garantido por meio de penhora sobre o próprio bem levado à praça, em caso de inadimplemento.

INTIMAÇÃO/PUBLICAÇÃO DO EDITAL: Presumem-se intimadas a(s) partes e demais interessados por este edital, quando não se realizar efetivamente no endereço constante dos autos e/ou na pessoa de seus procuradores (sendo dispensada a intimação pessoal), valendo o presente como Edital de Intimação de Hasta Pública, nos termos dos arts. 274, § único e 889, § Único, ambos do CPC.

São Paulo, 16 de dezembro de 2025.

Dr. (a) Maria Helena Steffen Toniolo Bueno

Juiz (a) de Direito